

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZ. -----**

--- Aos trinta dias de Abril do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E NOVE. -----

--- **Três**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEACÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DEZ E DOIS MIL E ONZE.-----

--- **Quatro**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM DE DOIS MIL E DEZ.-----

--- **Cinco**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- **Seis**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO.

--- **Sete**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROPOSTA DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DA CIDADE DO CONCELHO.-----

--- **Oito**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE POSIÇÃO DETIDA NO PROTOCOLO EM FAVOR DA EMPRESA SCALABISPORT

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

– GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, EEM – REALIZAÇÃO DO TERCEIRO CAMPEONATO DE KARATÉ WUKF.-----

--- **Nove**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RENOVACÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPEITANTE À CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA (SGU) – STR-URBHS – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA DE SANTARÉM, EM, SA.-----

--- **Dez**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RENOVACÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPEITANTE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – CUL-TUR – EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SANTARÉM, EEM.-----

--- **Onze**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----

--- **Doze**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GEMINACÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTARÉM E DE BELMONTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO (ABRIL DE DOIS MIL E DEZ).-----

--- **Treze**–APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Alfredo Condeço Amante, Carlos Manuel Segundo Nestal, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Edgar Rocha Gouveia, Eduardo José Russo Gomes, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

99

Cabrita, José Manuel Gaspar, Luís Emílio Rodrigues Duarte, Luís Miguel Santana Justino, Manuel Maria Lagos Pedroso, Maria Honorata Vinagre Ferreira, Maria José Gonçalves Dionísio, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado e Rui Manuel Presúncia de Jesus. ---

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoester), César Manuel do Rosário Rei (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Eduardo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Salomé Gonçalves Vieira (Pernes), Luís Filipe Santana Júlio (Pombalinho), Francisco Alberto Serrão Patrício (Póvoa da Isenta), António João Ferreira Henriques (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Nuno Miguel Vieira Alves Ferreira (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Maria Emília Serrão Massena Santos (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho (Várzea).-----

--- Pediram a sua substituição, nos termos da lei e do Regimento, Ana Marta Anacleto Rodrigues (PS), Catarina Isabel Santos da Silva Campos (PS), José Miguel Raimundo Noras (PS), Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD), Natália Maria Seguro Gaspar (PSD) e Teresa Margarida Batista Rodrigues (PSD).-----

--- Justificaram as suas ausências:-----

--- Maria Margarida Mendes Cerejo Veloso Dias e Teresa Maria Martins Rodrigues. ----

--- **Executivo Municipal**-----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Teresa Catarina Pereira Maia, António José da Piedade Carmo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, Vítor Manuel da Costa Oliveira Gaspar, Maria Luísa Costa Ferreira Goes Féria, Ludgero António de Jesus Mendes e António Francisco Baptista Valente. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **Luís Miguel Santana Justino**, eleito pela Lista do PS, e **Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes**, eleito pela Lista do PSD. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** tendo colocado a discussão e votação a Acta número quatro/dois mil e nove-dois mil e treze, a qual foi **aprovada por maioria**, com uma abstenção. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência do pedido formulado pela Câmara, propôs a inclusão dos seguintes assuntos na Ordem de Trabalhos da presente Sessão: -----

--- PROPOSTA “HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO BAIRRO DEZASSEIS DE MARÇO, FREGUESIA DE S. NICOLAU, EM SANTARÉM”. -----

--- PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DE CALCÁRIOS EM VALE DA MATA, FREGUESIA DE ALCANEDE. -----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que referiu que a acompanhar a documentação não veio qualquer justificação acerca da urgência destes assuntos a incluir na ordem de trabalhos, considerando que o Executivo deveria organizar-se de modo a evitar que isto se torne numa prática corrente. -----

--- Usou da palavra o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que justificou a urgência dos assuntos agora propostos, referindo ter tido o cuidado de ligar a todas as forças políticas aqui representadas assim que constatou ter havido um lapso dos serviços. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a introdução

dos assuntos acima mencionados, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. ----

--- Assim, a Ordem de Trabalhos ficou composta da seguinte forma:-----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E NOVE.-----

--- **Três**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEACÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DEZ E DOIS MIL E ONZE.-----

--- **Quatro**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM DE DOIS MIL E DEZ.-----

--- **Cinco**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- **Seis**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO.

--- **Sete**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROPOSTA DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DA CIDADE DO CONCELHO.-----

--- **Oito**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE POSIÇÃO DETIDA NO PROTOCOLO EM FAVOR DA EMPRESA SCALABISPORT – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, EEM – REALIZAÇÃO DO TERCEIRO CAMPEONATO DE KARATÉ WUKF.-----

--- **Nove**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RENOVACÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPEITANTE À CONSTITUIÇÃO DA

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA (SGU) – STR-URBHIS – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA DE SANTARÉM, EM, SA.-----

--- **Dez**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPEITANTE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – CUL-TUR – EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SANTARÉM, EEM.-----

--- **Onze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----

--- **Doze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTARÉM E DE BELMONTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO (ABRIL DE DOIS MIL E DEZ).-----

--- **Treze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA “HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO BAIRRO DEZASSEIS DE MARÇO, FREGUESIA DE S. NICOLAU, EM SANTARÉM”.-----

--- **Catorze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DE CALCÁRIOS EM VALE DA MATA, FREGUESIA DE ALCANEDE.-----

--- **Quinze**–APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção da senhora **Salomé Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, que falou das comemorações do Vinte e Cinco de Abril, Dia da Liberdade, referindo que o concelho viveu as referidas comemorações, desde três de Abril, com a homenagem a Salgueiro Maia, que culminaram com na ex-Escola Prática de Cavalaria com a assinatura da constituição da Fundação da Liberdade a que se associou o senhor Primeiro Ministro José Sócrates.-----

--- Destacou a homenagem a José Afonso e felicitou a Câmara Municipal, a Comissão das Comemorações Populares do Vinte e Cinco de Abril e a Comissão de Juventude e Liberdade. -----

--- Referiu que em Portugal o Vinte e Cinco de Abril está indissociável do Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores, pois foram as suas primeiras comemorações em liberdade que sufragaram o levantamento militar e o transformaram num grande movimento popular de massas. -----

--- Concluiu, saudando o Vinte e Cinco de Abril e o Primeiro de Maio e todos os trabalhadores e democratas do concelho de Santarém. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** que referiu que a Câmara notificou um conjunto de moradores da Rua de Santa Margarida para abandonarem as suas casas e procederem à respectiva demolição, questionando qual a situação do estudo das barreiras de Santarém. -----

--- A seguir, interveio o senhor **José Luís Cabrita** que salientou que os Bombeiros Voluntários de Santarém atravessam uma grave situação financeira atendendo que um conjunto de entidades públicas a quem prestam serviços não lhe pagam, assim como o Município de Santarém não tem cumprido o protocolo celebrado com esta Associação, perguntando o que é que o Executivo pretende fazer para solucionar este problema. -----

--- Referiu que também a ASPA atravessa uma situação extremamente delicada, pois, segundo disse saber, a alimentação para os animais e os vencimentos dos funcionários estão a ser suportados pelos membros da direcção, destacando que a Câmara não tem vindo a cumprir com aquilo que está acordado. -----

--- Falou do relatório da Tagusgás, considerando que não lhe parece correcto a participação de membros do Conselho de Administração na Comissão de Vencimentos. -

--- Tomou a palavra, seguidamente o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que manifestou a sua indignação pela lenta evolução do processo de despoluição do Rio Alviela, salientando que a Câmara tem sido um forte aliado neste processo nos últimos cinco anos. -----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

--- Referiu ter mantido reuniões com a Administração de Região Hidrográfica (ARH), em Lisboa, tendo constatado interesses em adiar a despoluição do Alviela. Considerou importante insistir junto da ARH e da AUSTRA de modo a não protelar por mais tempo a acção prevista relativa à eficiência do sistema de Alcanena.-----

--- Interveio, de seguida, a senhora **Idália Moniz** que saudou o Primeiro de Maio, assim como o Executivo Municipal e a vinda do senhor Primeiro Ministro e de alguns membros do Governo aquando das comemorações do Vinte e Cinco de Abril.-----

--- Congratulou-se com o apoio dado à Fundação da Liberdade e com a instalação dos novos Tribunais em Santarém. -----

--- Enalteceu a capacidade de diálogo do actual Governo e a sua vontade de decidir, saudando também o senhor Presidente da Câmara pela sua capacidade de fazer pontes. Todavia, lembro que caso o Governo não quisesse decidir sobre a vinda dos referidos Tribunais para Santarém não o teria feito, como aconteceu no passado recente.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Ricardo Segurado** que referiu que o montante da dívida da autarquia aumentou em cinquenta por cento, lembrando que o PSD se comprometeu a pagar a referida dívida em cem dias. -----

--- Alertou para o facto de no folheto do Convento de São Francisco constar a Praia de Santarém. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Carlos Nestal** que quis saber se a notificação para a demolição de casas na Rua de Santa Margarida está directamente relacionada com a não intervenção nas barreiras, lembrando que o Executivo se comprometeu a apresentar um plano de intervenção nas referidas barreiras no prazo de noventa dias. -----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente aos Bombeiros Voluntários de Santarém, salientando que pela primeira vez esta Associação não pagou os salários aos seus funcionários. Referiu que a Autarquia deve a esta corporação cerca de noventa e três mil euros, perguntando como pensa o Executivo resolver este problema. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Carlos Trigo**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que solicitou esclarecimentos sobre o arranjo da estrada municipal quinhentos e

sessenta e sete.-----

--- Manifestou a sua preocupação no tocante deslocalização dos Aviários em Pernes para a freguesia Casével, referindo que irá levar uma proposta à Assembleia da Freguesia sobre esta matéria, agradecendo que a mesma seja ratificada pelo Executivo Municipal. -

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Pedro Malaca** que perguntou qual o ponto de situação projecto das barreiras de Santarém. -----

--- Alertou para os problemas de segurança rodoviária junto da Escola Primária do Mergulhão.-----

--- Questionou se a Autarquia está em condições de garantir o pagamento do subsídio de férias aos seus funcionários. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Rui Presúncia de Jesus** que fez um ponto de situação sobre a colocação de terapeutas para crianças com necessidades especiais no agrupamento de Escolas Mem Ramires, destacando que o problema foi ultrapassado. Contudo, falta garantir a colocação dos referidos técnicos para o início do próximo ano lectivo. -----

--- Considerou que o PS também tem grandes responsabilidades em relação às barreiras do planalto, pois andou entretido com a Candidatura de Santarém a Património Mundial, esquecendo-se de que as barreiras estavam a cair. Lembrou que a questão das barreiras é um problema que antecede o regime democrático. -----

--- Interveio o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, que agradeceu o apoio da Câmara no Projecto Limpar Portugal.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Nuno Serra** que se congratulou com o sucesso das comemorações do Vinte e Cinco de Abril, felicitando todos aqueles que estiveram envolvidos neste evento. -----

--- Referiu que a bancada do PSD não pode deixar de reconhecer o mérito e a actuação do actual Presidente da Câmara e do Executivo neste reconhecimento nacional. Lembrou que caso o PSD não tivesse tido a posição tomada em dezoito de Dezembro de dois mil e oito, certamente não teria havido esta elevada generosidade e dimensão cívica.-----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

--- Lamentou que a generosidade do Governo, numa campanha contra a pobreza, se tenha ficado em apenas mil euros, para distribuir por todo o concelho. -----

--- Disse esperar ver a generosidade do Governo inscrevendo verbas em PIDDAC para a consolidação das barreiras de Santarém. -----

--- Quanto à dívida da Autarquia, considerou que a questão não é o valor da mesma, mas onde o dinheiro foi gasto, salientando que o PSD fez mais em quatro anos que o PS em trinta anos. -----

--- Depois, interveio o senhor **Aires Lopes** que quis saber qual o ponto de situação da estrada que liga S. Domingos à Estrada Nacional Três. -----

--- Felicitou a Organização do Campeonato Europeu de Karaté. -----

--- Sublinhou as intervenções havidas sobre as barreiras de Santarém. -----

--- Tomou a palavra, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que alertou para os actos de vandalismo que se têm verificado na sua freguesia, informando já ter dado conta das ocorrências à GNR de Pernes. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que solicitou a colaboração da Câmara no sentido de evitar o encerramento de uma passagem de nível em Alcanhões, a partir das quinze horas, medida esta que irá prejudicar seriamente os trabalhadores do campo. -----

--- Perguntou quais os critérios na atribuição de apoios para as freguesia uma vez que irá ocorrer as Festas de Santa Marta em Alcanhões, assim como para quando está previsto o pagamento aos membros das mesas que participaram nas últimas eleições autárquicas e legislativas. -----

--- Interveio novamente o senhor **Carlos Nestal** para esclarecer que o PS enquanto poder executivo, para além da monitorização das barreiras e dos estudos efectuados em conjunto com o LNEC colocou micro estacas em todo o planalto. -----

--- Quanto à generosidade, lembrou que foi o Governo de Santana Lopes que levou o Tribunal Administrativo e Fiscal para Leiria. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Rui Presúncia de Jesus** que lembrou que a colocação

das micro estacas só foi efectuada após a derrocada das barreiras em mil novecentos e noventa e seis. -----

--- Solicitou a palavra o senhor **Nuno Serra** para lembrar que na altura não foi disponibilizado qualquer espaço para a instalação do Tribunal em causa. -----

--- De seguida, interveio o senhor **António João Henriques**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, que manifestou a sua preocupação relativamente aos salários em atraso ao pessoal auxiliar das escolas. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre a ETAR da Póvoa de Santarém, referindo o mau estado de algumas ruas da sua freguesia em virtude das obras de saneamento. -----

--- Discordou da afirmação “o PSD fez mais em quatro anos que o PS em trinta anos” considerando que quem faz uma afirmação desta natureza só pode andar distraído, salientando ter muito orgulho na obra feita pelo PS. -----

--- O Senhor **Presidente Câmara** esclareceu relativamente à Estrada Municipal quinhentos e sessenta e sete que a Câmara irá intervir na parte que lhe diz respeito, criticando a falta de coerência do Presidente de Câmara de Torres Novas nesta matéria. -

--- Quanto ao aviário informou que a autarquia tem que obedecer à Lei que permite a construção de aviários a mais de quinhentos metros dos povoados. Quem irá decidir sobre esta matéria é o Ministério do Ambiente, salientando que a Câmara irá ser rigorosa em relação ao funcionamento da Estação de Tratamento. -----

--- Informou que foi hoje entregue à Mesa da Assembleia dos esclarecimentos solicitados pelo senhor deputado Francisco Madeira Lopes. -----

--- Relativamente à Rua de Santa Margarida referiu que o Município está a seguir as instruções do LNEC, salientando que aquela barreira está em situação de iminente derrocada. Destacou que a questão das barreiras é um problema geológico estrutural e não adianta politizá-lo. -----

--- O projecto de consolidação das barreiras foi apresentado na devida altura ao Ministro do Ambiente acrescentando que está em curso uma candidatura para a consolidação das barreiras na ordem dos trinta milhões de euros. -----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

--- Criticou a intervenção do senhor Ricardo Segurado, cujo currículo é agora ser um “boy do PS”, referindo que o Governo convidou a autarquia a integrar o programa POLIS dos Rios onde consta a Praia de Santarém. -----

--- Manifestou a sua contestação relativamente ao comunicado da CDU no qual afirma que o Presidente da Câmara assobia para o ar relativamente às dívidas do Município. ----

--- Referiu que efectivamente prometeu resolver a questão da dívida em cem dias. Contudo, a oposição não permitiu aprovar as soluções então apresentadas pelo Executivo do PSD. -----

--- Considerou que a questão colocada pelo deputado Pedro Malaca sobre os ordenados só pode partir do partido que ele representa pois, o considera uma pessoa esclarecida. ----

--- Saudou o Vinte e Cinco de Abril e o Primeiro de Maio, assim como todas as mulheres que celebram o Dia da Mãe no próximo dia dois de Maio. -----

--- O problema dos Bombeiros não é só da Câmara, salientando que vem pedidos de apoio de todos os lados aos quais o Município não tem capacidade para os satisfazer. ----

--- Retomou a palavra o senhor **Ricardo Segurado** que também tem um currículo para apresentar se for necessário. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** considerou que o senhor Presidente da Câmara que tanto fala em liberdade convive muito mal com as críticas que lhes são dirigidas e não responde às perguntas que lhes são formuladas nem aos requerimentos que lhes são dirigidos através da Mesa desta Assembleia. -----

--- Depois, o senhor **Carlos Trigo**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, registou com agrado as explicações dadas em relação à estrada quinhentos e sessenta e sete, adiantando que a população irá continuar a manifestar-se contra a instalação do aviário na sua freguesia. -----

--- Seguidamente, o senhor **Pedro Malaca** esclareceu que um grupo de pessoas do seu partido têm sido questionadas sobre a possibilidade de a Câmara não pagar o subsídio de férias na sua totalidade. Salientando estar neste órgão para defender as suas convicções.-

--- A seguir, o senhor **Carlos Nestal** que lembrou que aquilo que não foi disponibilizado

foi um espaço para a instalação da Secretaria de Estado da Agricultura e não para o Tribunal.-----

--- Apelou à Câmara que reúna com os bombeiros de modo a encontrar uma solução para os problemas financeiros destas corporações.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que faz as suas intervenções de uma forma apaixonada e que o deixem criticar quando ele é criticado, salientando que não quer silenciar ninguém.-----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA com o PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** --

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que referiu não ter ficado esclarecido na última Sessão da Assembleia em relação ao aumento da dívida de curto prazo para o montante de cinco milhões trezentos e sessenta e um mil euros quando apenas foi autorizado, por esta Assembleia, um empréstimo de dois milhões cento e oitenta mil euros, querendo saber a razão desta diferença.-----

--- Salientou que na listagem de dívidas a fornecedores consta conjunto de dívidas a entidades bancárias perguntando a que se devem as mesmas. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Pedro Malaca** que considerou que a informação do senhor Presidente da Câmara deveria ser mais detalhada em relação aos assuntos que são tratados nas reuniões. -----

--- Questionou se a dívida da autarquia se cifra efectivamente em cerca de setenta e oito milhões e quinhentos mil euros.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Neto** que referiu o mau estado da estrada nacional entre Alcanede e Amiais de Baixo e perguntou qual o ponto situação da Estrada entre Santarém e Alcanede. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação aos apoios às Associações Recreativas e

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

culturais. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** prestou esclarecimentos relativamente à dívida informando que estão incluídas as candidaturas ao QREN que não podem parar a bem do concelho. Considerou que o problema da dívida é uma questão transitória pois as receitas irão começar a chegar dentro em breve. -----

--- Deu conhecimento de que no próximo dia sete de Julho vai ser apresentado o programa da Fundação da Liberdade. -----

--- Informou que o senhor Vereador Vítor Gaspar está a concluir o Regulamento de Apoio às Associações. -----

--- Concluiu, esclarecendo que o aumento dos empréstimos de curto prazo tem a ver com o facto dos empréstimos de longo e médio prazo passarem a curto prazo. -----

--- Após mais alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a intervenção na estrada nacional entre Alcanede e Amiais de Baixo é um problema do Governo dado terem ocorrido vários obstáculos por parte do Parque Natural. -----

--- Seguidamente, a senhora **Vereadora Catarina Maia** esclareceu que o aumento das horas extraordinárias prende-se com o pagamento e ajudas de custo referentes ao mês de Dezembro do ano findo. -----

--- *Encerrado o debate relativamente a este ponto, o qual não carece de votação, prosseguiu-se com o* **PONTO DOIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÕES DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E NOVE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e Balanço Social referentes ao ano de dois mil e nove**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que destacou que aquando da apresentação do Orçamento para dois mil e nove que foi considerando como o maior de sempre do Município de Santarém, a CDU teve a oportunidade de o classificar como um Orçamento de ficção. Salientou que o referido Orçamento é aquele que teve a mais baixa taxa de execução. -----

--- Constatou que a dívida a fornecedores não baixou enquanto que a despesa corrente tem vindo a aumentar, tendo duplicado entre dois mil e quatro e dois mil e nove. -----

--- Salientou que o relatório do Auditor Externo refere no ponto oito que: “com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e de execução orçamental do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e nove, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectam a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para sector e com os princípios e regras orçamentais”. -----

--- Disse que esperava a apresentação do relatório sobre o cumprimento do direito à oposição, considerando que o senhor Presidente da Câmara não respeita o direito da oposição. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Carlos Nestal** que salientou que o senhor Presidente da Câmara na introdução das contas de dois mil e nove aludiu à quebra de receitas provenientes dos impostos directos. Contudo, comparativamente com os anos de dois mil e sete e dois mil e oito, verifica que houve um acréscimo da receita. -----

--- Considerou ter havido um aumento da despesa corrente, tendo em dois mil e oito a aquisição de bens e serviços sido de nove milhões e seiscentos mil euros, enquanto em dois mil e nove foi de dezoito milhões quinhentos e setenta e três mil euros. -----

--- Concluiu, considerando que o relatório e contas demonstram que não houve uma boa gestão e que o orçamento de dois e nove não foi cumprido. -----

--- Interveio, seguidamente o senhor **Pedro Malaca** que referiu que o presente relatório demonstra a incapacidade do Executivo para conter a despesa corrente, o qual aponta

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

para uma situação alarmante. -----

--- Salientou que gostaria de ver espelhado no referido relatório uma outra motivação política, neste contexto de crise económica, que era apontar no sentido do pagamento das dívidas.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Luís Justino** que perguntou qual o montante das facturas respeitantes às obras efectuadas pelas Juntas de Freguesia em dois mil e nove ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Edgar Gouveia** que considerou que as contas agora apresentadas são as possíveis. -----

--- Lembrou que o relatório apresentado sobre o endividamento das autarquias refere que o passivo entre dois mil e cinco e dois mil e oito aumentou vinte e cinco vírgula três por cento e trinta e que cinco Municípios representam cinquenta e três por cento do total da dívida, salientando que o Município de Santarém não está incluído nesse número. -----

--- Destacou ter havido uma quebra de receitas na ordem dos quatro milhões setecentos e sessenta e três mil euros. Caso a autarquia tivesse arrecadado aquele montante daria para colocar o grau de independência financeira dentro de valores aceitáveis.-----

--- Frisou o aumento dos activos da autarquia na ordem dos trinta e oito milhões de euros.-----

--- Defendeu que se deve olhar para o futuro e tornar a cidade mais competitiva no sentido de dar melhores condições de vida às populações. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Joaquim Neto** que lembrou que aquando da discussão do orçamento para dois mil e nove teve a oportunidade de referir o empolamento das receitas e a dificuldade na concretização de algumas propostas, sublinhando que a execução orçamental ficou-se pelos quarenta e oito por cento. -----

--- Destacou que o grau de independência financeira caiu para os vinte e dois vírgula dezasseis por cento quando se deveria situar no limiar dos cinquenta por cento. -----

--- Considerou que o Município tem a sua capacidade de endividamento esgotada pelo que poderá vir a causar alguma dificuldade no acesso a projectos financiados no âmbito

do QREN. -----
--- Referiu que não foi o património da autarquia que aumentou mas sim a sua contabilização que tem vindo a ser efectuada. -----
--- Usou da palavra, de seguida o senhor **Eduardo Gomes** que considerou que a capitalidade e a centralidade que Santarém agora representa justifica, de certo modo, o aumento da dívida. -----
--- Defendeu que para enfrentar o futuro é necessário inovar e inevitavelmente aumentar a dívida.-----
--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** que começou por citar o ponto sete do relatório do Auditor Externo, referindo ter havido uma gralha na sua conclusão.-----
--- Salientou que a execução orçamental é igual à de dois mil e nove, considerando que o senhor deputado Carlos Nestal jogou bem com os números.-----
--- Frisou que as receitas não caíram mais porque estão incluídas as verbas provenientes dos fundos comunitários para as obras que estão a ser realizadas. -----
--- Perguntou onde estão contabilizados os trinta e cinco mil visitantes do Convento de São Francisco, assim como quanto custa afirmar Santarém no quadro do país como aconteceu durante as Comemorações do Dez de Junho. Não se pode confundir esta centralidade com geografia. -----
--- Afirmou que os empréstimos para as obras participadas pelo DREN não estão sujeitas à capacidade de endividamento da autarquia. -----
--- Concluiu, desafiando a oposição a apresentar soluções para o futuro do concelho e não vir para aqui apenas criticar.-----
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e Balanço Social referentes ao ano de dois mil e nove**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido deliberado **apreciar**

favoravelmente, com trinta e três votos a favor, quinze votos contra e vinte e duas abstenções. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia informou que **Ponto Três respeitante à Nomeação de Auditor Externo do Município de Santarém – exercício de dois mil e dez e dois mil e onze** foi retirado da ordem de trabalhos a pedido do senhor Presidente da Câmara. -----

--- Prosseguiu-se com o **PONTO QUATRO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM DE DOIS MIL E DEZ.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da Proposta de **“Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e oito dez”**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio a senhora **Salomé Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, que se congratulou com a presente revisão atendendo que a mesma inclui uma verba destinada à Zona Industrial de Pernes. -----

--- Considerou que esta Zona de Desenvolvimento Económica é fundamental para a região, esperando que dentro em breve venha a ser uma realidade. -----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Santarém para o ano de dois mil e oito dez**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e oito abstenções.-----

--- PONTO CINCO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária de dezanove de Abril, cabe-me, nos termos do disposto nos artigos seis e dezanove do Decreto-Lei trezentos e cinco/dois mil e nove, de vinte e três de Outubro, conjugado com as alíneas n) e o), do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, propor à Exma. Assembleia a aprovação da proposta de “Alteração do Mapa de Pessoal”, que se anexa.” -----

--- Usou da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** que perguntou qual a razão da presente alteração, dois meses depois do Mapa de Pessoal ter sido aprovado por este órgão. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Eduardo Gomes** que verificou ter havido um aumento significativo de quadros técnicos nos últimos anos o que significa um acréscimo de pessoal mais qualificado.-----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Edgar Gouveia** que sugeriu para que, no futuro, estas proposta venham acompanhadas do impacto financeiro que terão em orçamento.

--- O senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu que a presente alteração visa resolver a situação de alguns trabalhadores da autarquia. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **proposta de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Santarém**, nos termos das alíneas n) e o), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e seis votos a favor, zero votos contra e nove abstenções-----

--- PONTO SEIS – PROPOSTA DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO. -----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----
- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, tenho a honra de propor a essa Assembleia que autorize a delegação de competências nas áreas abaixo discriminadas nas Juntas de Freguesia rurais do Concelho, de acordo com a minuta de protocolo que se anexa, nos termos do disposto na alínea c) do número seis do artigo sessenta e quatro, da alínea b) do número dois do artigo sessenta e seis e da alínea s) do número dois do artigo cinquenta e três, todos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro:-----
- a) Conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos, ruas e passeios, nos termos da cláusula quarta do protocolo; -----
- b) Manutenção, conservação e reparação de escolas do primeiro ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar, bem como dos equipamentos desportivos e de jogo e recreio nelas integrados, nos termos da cláusula quinta do protocolo;-----
- c) Contratação do pessoal auxiliar necessário para assegurar as refeições e o funcionamento das actividades de enriquecimento curricular das escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e a Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância, bem como os Transportes Escolares, nos termos da cláusula seis do protocolo; -----
- d) Transportes Escolares, nos termos da cláusula sétima do protocolo; -----
- e) Colocação e manutenção de sinalização toponímica, nos termos da cláusula oitava do protocolo.”-----
- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** que realçou que a CDU é a favor da delegação de competência nas freguesias, as quais devem ser acompanhadas das respectivas compensações financeiras. -----
- Perguntou qual o critério para a atribuição de verbas para as freguesias da cidade. ----
- Concluiu, levantando algumas dúvidas no tocante à mobilidade de funcionários da autarquia para as freguesias. -----
- Depois, tomou a palavra o senhor **Carlos Nestal** que manifestou a sua concordância

com a proposta em apreço apelando que seja feito um esforço no cumprimento das transferências financeiras. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Justino** que se congratulou com o protocolo apresentado.-----

--- De seguida, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, considerou ser um excelente protocolo pelo seu dinamismo. Contudo, na cláusula quinta deveria ser criada uma majoração em função da idade das escolas. -----

--- Seguidamente, o senhor **António João Henriques**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, que manifestou a sua satisfação com o protocolo apresentado, esperando que o mesmo seja cumprido na prática. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que começou por referir que o presente protocolo foi amplamente participado pelas Juntas de Freguesia.-----

--- Esclareceu que o valor da verba para as Juntas da Cidade foi acordado com as próprias Juntas. -----

--- Informou quanto à mobilidade dos trabalhadores que esta será sempre acordada entre as Juntas e o Município.-----

--- Sublinhou que tem sido feito um esforço no sentido de cumprir os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Protocolos de Delegação de Competências nas Freguesias Rurais do Concelho**, nos termos da alínea s), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DA CIDADE**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez,

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

tenho a honra de propor a essa Assembleia que autorize a delegação de competências abaixo discriminadas nas Juntas de Freguesia da Cidade, de acordo com a minuta de protocolo que se anexa, nos termos do disposto na alínea c) do número seis do artigo sessenta e quatro, da alínea b) do número dois do artigo sessenta e seis e da alínea s) do número dois do artigo cinquenta e três, todos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro:-----

--- a) Pequenas conservações de valetas, bermas, caminhos, ruas e passeios, nos termos da cláusula quarta do protocolo; -----

--- b) Colocação e manutenção de sinalização toponímica, nos termos da cláusula quinta do protocolo.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Nuno Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, que referiu que o presente protocolo permitirá às juntas intervirem de uma forma mais célere nos arranjos de conservação. -----

--- Agradeceu a disponibilidade do senhor Vereador Ricardo Gonçalves neste processo. -

--- Após o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Protocolos de Delegação de Competências nas Freguesias da Cidade**, nos termos da alínea s), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** em face da urgência dos **Pontos Onze e Catorze** propôs que a antecipação da discussão destes assuntos, ficando os restantes pontos para a continuação desta Sessão, tendo o Plenário concordado. -----

--- **PONTO ONZE – PROPOSTA REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de oito de Junho, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da Repartição de Encargos, pelos anos económicos de dois mil e dez, dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, referente ao **Concurso Público tendente à celebração de contrato de aquisição de serviços na área de seguros**, nos termos sugeridos na informação número cento e dezasseis/dois mil e dez, de oito de Abril, da Secção de Património”. -----

--- Dada a ausência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta referente ao **Concurso Público tendente à celebração de contrato de aquisição de serviços na área de seguros**, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de oito de Junho, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e oito votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

--- **PONTO CATORZE – PROPOSTA RELATIVA À HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO BAIRRO DEZASSEIS DE MARÇO, FREGUESIA DE S. NICOLAU, EM SANTARÉM.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Nos termos da alínea i) do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, cabe-me solicitar à Exm.^a Assembleia, autorização para a alienação em Hasta Pública dos prédios urbanos denominados por Bairro dezasseis de Março, identificados no projecto de edital que se anexa e em conformidade com o programa de procedimentos que também se anexa”. -----

--- Interveio o senhor **Eduardo Gomes** que referiu que o PSD concorda com a proposta apresentada, salientando ser um terreno com uma localização privilegiada. -----

--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** salientou que não tem qualquer objecção em

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(1ª Reunião) 30 de Abril de 2010

relação à proposta apresentada, felicitando o Executivo pela solução encontrada para um local privilegiado da cidade. -----

--- Perguntou se o estado das barreiras aconselha algumas precauções para aquele local.-

--- O senhor **Presidente da Câmara** clarificou que o terreno em causa não está classificado como zona de risco. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Hasta Pública para venda do Bairro dezasseis de Março, Freguesia de S. Nicolau, em Santarém**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Quatro, Cinco, Seis, Sete, Onze e Catorze**, nos termos do número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovados por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

--- Seguidamente, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, nos termos da Lei e do Regimento, tendo sido dada a palavra ao senhor Afonso Nazaré que manifestou com tristeza que pela primeira vez desde que é tesoureiro do Bombeiros Voluntários de Santarém não foram pagos os salários dos trabalhadores desta corporação.

--- Seguidamente foi dada a palavra às senhoras Maria Eugénia e Beatriz Mendes que manifestaram a sua discordância pela deslocalização do aviário de Pernes para a Quinta de D. Rodrigues, na freguesia de Casével. -----

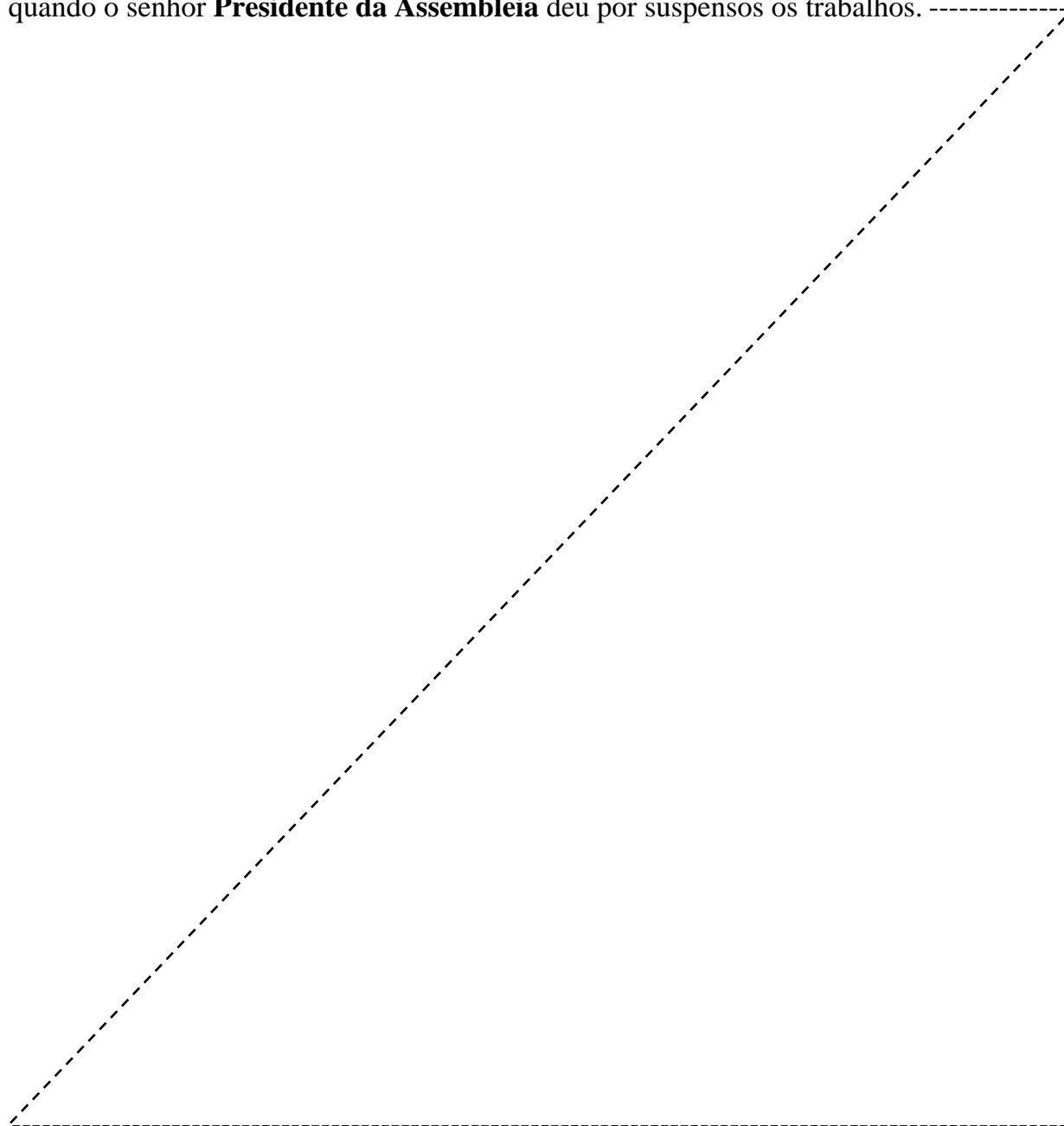
--- O senhor **Presidente da Câmara** informou que os Bombeiros Voluntários de Santarém irão receber na próxima semana. -----

--- Esclareceu que a Câmara não tem qualquer responsabilidade no licenciamento de aviários, esta matéria é da responsabilidade do Ministério do Ambiente. Sublinhou que a

Câmara apenas tem de emitir parecer sobre se este tipo de equipamentos está ou não a mais de quinhentos do povoado. -----

--- Referiu existirem neste momento Estações de Tratamento sofisticadas sem cheiro e que nesta matéria o Executivo irá ser bastante exigente. -----

--- Encerrado o **Período de Intervenção do Público**, eram duas horas e vinte minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----



ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

--- Aos vinte e um dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da Sessão Ordinária de Abril, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Alfredo Condeço Amante, Carlos Manuel Segundo Nestal, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Joaquim Alberto Pereira Serrão, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, José Miguel Raimundo Noras, Luís Emílio Rodrigues Duarte, Luís Miguel Santana Justino, Manuel Maria Lagos Pedroso, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Maria Honorata Vinagre Ferreira, Maria José Gonçalves Dionísio, Maria Margarida Mendes Cerejo Veloso Dias, Natália Maria Seguro Gaspar, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Rui Manuel Presúncia de Jesus e Teresa Maria Martins Rodrigues.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), César Manuel do Rosário Rei (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Eduardo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Salomé Gonçalves Vieira (Pernes), Francisco Alberto Serrão Patrício (Póvoa da Isenta), António

João Ferreira Henriques (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Maria Emília Serrão Massena Santos (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho (Várzea).-----

--- Pediram a sua substituição, nos termos da lei e do Regimento, Catarina Isabel Santos da Silva Campos (PS), Eduardo Rocha Gouveia (PSD), Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS), Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto (PS), José Francisco Pereira Gandarez (PSD), e Teresa Margarida Batista Rodrigues (PSD). -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Carlos António Marçal (Marvila), Luís Filipe Santana Júlio (Pombalinho), Nuno Miguel Vieira Alves Ferreira (S. Nicolau) e José António Guedes Coelho (Várzea).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, Vítor Manuel da Costa Oliveira Gaspar, Maria Luísa Costa Ferreira Goes Féria, Ludgero António de Jesus Mendes e António Francisco Baptista Valente. -----

--- Ausências:-----

--- Francisco Maria Moita Flores e Teresa Catarina Pereira Maia. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **Joaquim Alberto Pereira Serrão** e **Nuno Filipe Brites Pereira Lima**, ambos eleitos pela Lista do PSD.--

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão e informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da SESSÃO ordinária de Abril, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

“Antes da Ordem do Dia”.-----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a discussão a introdução de um novo assunto na Ordem de Trabalhos da presente sessão, respeitante à **Proposta de Suspensão do Plano Director Municipal na Área da Escola Prática de Cavalaria**. ---

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que levantou dúvidas quanto à introdução deste assunto na Ordem de Trabalhos dado tratar-se de uma reunião em continuação da sessão de trinta de Abril.-----

--- Aproveitou, para referir que a retirada do ponto, na última Sessão, referente à nomeação do Auditor Externo do Município de Santarém, em seu entender, foi ilegal, sublinhando que a Ordem de Trabalhos só pode ser alterada por maioria de dois terços.

--- Defendeu que este assunto é da competência deste órgão. Por outro lado, acresce que o processo já se encontrava devidamente instruído pelo que, na sua opinião, o assunto deveria ser reposto na Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclarecer tratar-se de uma Sessão Ordinária pelo que a Ordem de Trabalhos pode ser alterada de acordo com a Lei. -----

--- Quanto à retirada do ponto, lembrou que já foram retirados assuntos das ordens de trabalhos de outras sessões, considerando que quem propõe os assuntos tem todo o direito de os retirar.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a introdução da **PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL NA ÁREA DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA**, tendo sido **aprovada por maioria de dois terços**, com quarenta e cinco votos a favor e três votos contra.-----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO OITO – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DA POSIÇÃO DETIDA NO PROTOCOLO A FAVOR DA EMPRESA MUNICIPAL SCALABISPORT – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS, EEM – REALIZAÇÃO DO TERCEIRO**

CAMPEONATO DE KARATÉ WUKF.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária de doze de Abril, cabe-me, nos termos do disposto na alínea b), do número quatro do artigo sessenta e quatro e do artigo sessenta e sete, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, propor à Exma. Assembleia a aprovação da proposta de Cedência da posição detida no protocolo a favor da Empresa Scalabisport - Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EEM – Realização do Terceiro Campeonato de Karaté WUKF, conforme sugerido na informação número mil duzentos e sessenta e nove, da Divisão de Cultura, desporto e Turismo, de quinze de Outubro de dois mil e nove, que se anexa.”-----

--- Interveio o senhor **Carlos Nestal** que referiu que a bancada do PS reconhece o mérito deste evento. Todavia, irá abster-se na votação em virtude deste procedimento ter ocorrido muito depois da realização do Campeonato em causa.-----

--- Interveio depois o senhor **Pedro Malaca** que disse ter ficado perplexo ao verificar que as verbas respeitantes à realização do Campeonato Europeu de Karaté ainda não terem sido pagas.-----

--- A seguir, o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** realçou o sucesso do evento, referindo não ter presente se já foi efectuado o pagamento em causa.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **proposta de Cedência da posição detida no protocolo a favor da Empresa Municipal Scalabisport - Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EEM – Realização do terceiro Campeonato de Karaté WUKF**, nos termos da alínea q), do número um do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e dois votos a favor, zero votos contra e catorze abstenções. -----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

--- O senhor **Carlos Nestal** proferiu a seguinte Declaração de Voto: “O evento desportivo realizado entre sete e onze de Abril de dois mil e dez já ocorreu. O procedimento de cedência de posição do Município de Santarém para a Empresa Municipal Scalabisport não é o mais correcto, deveria ter ocorrido anteriormente. Esta cedência de posição contratual visa apenas transferir a dívida para uma empresa municipal, pelo que o Partido Socialista se absteve”. -----

--- A seguir, o senhor **José Luís Cabrita** efectuou a seguinte Declaração de Voto: “A nossa abstenção fundamenta-se no facto de não considerarmos correcto o procedimento adoptado pela Câmara Municipal atendendo à data da realização do campeonato e também porque aquilo que aqui está em causa é única e simplesmente a transferência da dívida para a Scalabisport”. -----

--- PONTO NOVE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPEITANTE À CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA (SGU) – STR-URBIS – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA DE SANTARÉM, EM, SA.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, tenho a honra de propor que essa Assembleia Municipal delibere aprovar a declaração de vinte e nove de Março de dois mil e dez, subscrita por Maria Amália Baleiro, em representação da Amália Baleiro & Manuel Fonseca, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e o Relatório do Revisor Oficial de Contas referente às entradas em espécie no capital social da empresa em epígrafe, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo vigésimo oitavo do Código das Sociedades Comerciais, que se anexam, com os fundamentos expendidos na informação número oitenta e sete, de dezasseis de Abril, da Dra. Sílvia Gonçalves, do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, que também se anexa.”-----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que referiu que iria votar a favor da

presente proposta e contra na seguinte pelas razões invocadas aquando da constituição das respectivas empresas municipais. -----

--- Sugeriu que os valores do relatório, caso no futuro este assunto volte a esta Assembleia, sejam actualizados atendendo que as alterações do mercado imobiliário, desde Agosto de dois mil e nove até agora, foram muitas. -----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Renovação do Relatório do Revisor Oficial de Contas Respeitante à Constituição da Sociedade de Gestão Urbana (SGU) – STR-URBIS – Sociedade de Gestão Urbana de Santarém, EM, SA**, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo vigésimo oitavo do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com a alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZ – RENOVAÇÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RESPEITANTE À CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – CUL.TUR – EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO EEM**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e dez, tenho a honra de propor que essa Assembleia Municipal delibere aprovar a declaração de vinte e nove de Março de dois mil e dez, subscrita por Maria Amália Baleiro, em representação da Amália Baleiro & Manuel Fonseca, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e o Relatório do Revisor Oficial de Contas referente às entradas em espécie no capital social da empresa em epígrafe, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo vigésimo oitavo do Código das Sociedades Comerciais, que se anexam, com os fundamentos expendidos na informação número oitenta e seis, de dezasseis de Abril, da

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

Dra. Sílvia Gonçalves, do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, que também se anexa.”-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Carlos Nestal** que justificou que o PS iria votar contra a presente proposta em consonância com a posição tomada aquando da constituição desta empresa municipal, porque não vislumbra vantagem na criação da mesma.-----

--- Depois, interveio o senhor **Nuno Serra** que referiu que a bancada do PSD iria votar favoravelmente a proposta em apreço. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Renovação do Relatório do Revisor Oficial de Contas respeitante à Constituição da Empresa Municipal de Cultura e Turismo – CUL.TUR – Empresa Municipal de Cultura e Turismo, EEM**, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo vigésimo oitavo do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com a alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e quatro votos a favor, catorze votos contra e zero abstenções. -----

--- **PONTO ONZE – PROPOSTA REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** *Este assunto foi apreciado e votado na reunião de trinta de Abril.* -----

--- **PONTO DOZE – PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE OS MUNICIPIOS DE SANTARÉM E DE BELMONTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO (ABRIL DE DOIS MIL E DEZ).**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária de doze de Abril de dois mil e dez, cabe-me nos termos do disposto na alínea d), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da

Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta de Protocolo de Geminação entre os Municípios de Santarém e de Belmonte”. -----

--- Interveio o senhor **Pedro Malaca** que considerou importante o presente Protocolo de Geminação do qual Santarém poderá tirar alguns ensinamentos, referindo que Belmonte dispõe de um Museu Interactivo bastante interessante. -----

--- Usou da palavra o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que referiu serem cidades com realidades totalmente diferentes. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **proposta de Protocolo de Geminação entre os Municípios de Santarém e de Belmonte (Abril de dois mil e dez)**, nos termos da alínea d), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO TREZE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A EXPLORAÇÃO DE CALCÁRIOS EM VALE DA MATA**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e nove de Março de dois mil e dez, tenho a honra de propor a aprovação pela Exm^a. Assembleia da proposta em epígrafe, que se anexa, nos termos do disposto na alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com os artigos vigésimo e vigésimo terceiro do Decreto-Lei número cento e sessenta e seis/dois mil e oito, de vinte e dois de Agosto, bem como o previsto no capítulo V do anexo I da Portaria número mil trezentos e cinquenta e seis/dois mil e oito, de vinte e oito de Novembro”. -----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

--- O senhor **José Luís Cabrita** interveio referindo que a CDU não tem qualquer objecção quanto à proposta apresentada, no entanto, o assunto não está devidamente justificado.-----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Manuel Joaquim Vieira** que realçou a importância da proposta de modo a permitir a exploração de pedra por esta empresa.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta respeitante à **Declaração de Interesse Público Municipal para a exploração de calcários em Vale da Mata**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO CATORZE - PROPOSTA “HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO BAIRRO DEZASSEIS DE MARÇO, FREGUESIA DE S. NICOLAU, EM SANTARÉM”**. *Este assunto foi apreciado e votado na reunião de trinta de Abril*.-----

--- **PONTO QUINZE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL NA ÁREA DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Nos termos da alínea a) do número dois do artigo sessenta e quatro e da alínea b), do número três do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugados com o número quatro do artigo cem e número dois do artigo cento e sete do Decreto-Lei trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei trezentos e dezasseis/dois mil e sete, de dezanove de Setembro, e dando sequência à deliberação camarária de dez de Maio de dois mil e dez, cabe-me propor à Exma. Assembleia, a apreciação e votação de:-----

--- * a suspensão parcial do Plano Director Municipal pelo prazo de dois anos, face às

circunstâncias excepcionais resultantes de alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico-social incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano, para os terrenos afectos à antiga Escola Prática de Cavalaria e delimitados na planta em anexo; -----

--- * as medidas preventivas que estabelecem os parâmetros urbanísticos a aplicar à área sujeita a suspensão de forma a permitir a implantação da Fundação da Liberdade, dos Tribunais e de outros serviços públicos.”-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Eduardo Gomes** que considerou que a proposta apresentada vem ao encontro de uma pretensão do actual Executivo que é a criação da Fundação da Liberdade. ----- ~

--- A suspensão do PDM, segundo referiu, é a forma mais rápida de se poder estar alinhado com aquilo que é proposto tendo em vista a instalação dos Tribunais e da Fundação da Liberdade. -----

--- Salientou que a proposta visa o aproveitamento dos edifícios existentes, sendo os mesmos ampliados em trinta por cento da respectiva área de construção. A restante área é constituída pela REN e por outras infra-estruturas que estão desactivadas. -----

--- Destacou ainda a possibilidade de ser criado um “corredor verde” de ligação dos terrenos da EPC ao Jardim da República. -----

--- Depois, interveio o senhor **Carlos Nestal** que questionou quando é que a Câmara adquiriu os terrenos da EPC, dado que apenas tem conhecimento do contrato de promessa de compra e venda. -----

--- Referiu que o actual PDM permite uma pequena parcela urbana consolidada, perguntando se área irá ser aumentada. -----

--- Questionou qual o estudo de viabilidade económica da necessidade do aumento de tantos fogos e se existe um estudo do impacto sobre as empresas de construção civil que têm centenas de habitações para venda. -----

--- Perguntou ainda se irá haver isenção de taxas. -----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

--- Prosseguiu, solicitando esclarecimentos sobre quem vai construir na área de construção colectiva, assim como qual o tipo de loteamento para este local e como irá ser feita a gestão daquele espaço. -----

--- Concluiu, perguntando se a área incluída na REN, caso não seja utilizada, pode ser para aumentar a área habitacional. -----

--- A seguir, o senhor **Pedro Malaca** começou por referir não ter conhecimento do que irá ser a Fundação da Liberdade. -----

--- Considerou que os índices de construção propostos são um incentivo à especulação imobiliária. -----

--- Perguntou porque não aguardar pela alteração ao PDM ou fazer um referendo sobre o destino a dar a este espaço. -----

--- Sublinhou que a suspensão do PDM, no seu entender, é dar a liberdade para construir, destacando que iria votar contra a proposta em apreço. -----

--- Interveio, depois, o senhor **José Luís Cabrita** que quis saber quando foi efectuada a escritura de compra e venda destes terrenos. -----

--- Levantou dúvidas sobre se a proposta está devidamente fundamentada, dado haver legislação ali mencionada que já foi alterada ou até revogada. -----

--- Considerou que o actual PDM não impede a instalação da Fundação da Liberdade e dos Tribunais. -----

--- Defendeu que estando em elaboração um Plano de Pormenor para aquela zona não vislumbra a necessidade do presente pedido de suspensão do PDM. -----

--- Perguntou em que base técnica o Executivo se apoiou para defender a alteração ao uso do solo que está classificado de espaço verde de enquadramento. -----

--- Referiu que os índices de construção propostos poderão levar à edificação de quinhentos e vinte novos fogos, perguntando porque razão não se rentabiliza as instalações e equipamentos da antiga EPC e projecta um verdadeiro parque urbano ligado a um núcleo de serviços públicos ao Convento de São Francisco e ao Centro Histórico.--

--- Concluiu, questionando para que serve a constituição de uma SRU se o Executivo propõe a expansão de novas áreas urbanas às portas do Centro Histórico.-----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que relativamente à Fundação da Liberdade sugeriu ao senhor Pedro Malaca a leitura da Resolução do Conselho de Ministros número trinta e seis/dois mil e dez. -----

--- Quanto à ideia de um referendo salientou que não se pode criar uma indefinição para aquele espaço como aconteceu com o Campo Emílio Infante da Câmara.-----

--- Referiu que o contrato de promessa de compra e venda tinha de ter a fundamentação económica para que pudesse ser aprovada a capacidade financeira do Município para fazer face ao pré contrato com a ESTAMO. Contudo, em relação a esta matéria, houve uma alteração que foi anunciada pelo senhor Primeiro Ministro que se prende com os Tribunais e a Fundação da Liberdade, avançando que o senhor Presidente da Câmara tem mantido reuniões com o Governo e a ESTAMO no sentido de rever estas questões. -----

--- Realçou a importância de ser criada aqui uma nova centralidade para a cidade e lembrou que a reabilitação da Ribeira de Santarém só poderá ser feita através da SRU. --

--- Relativamente às questões técnicas pediu ao senhor Presidente da Assembleia para ser dada a palavra à senhora Arquitecta Catarina Pires.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Carlos Nestal** referindo que não obteve resposta às questões colocadas. -----

--- Interveio novamente o senhor **José Luís Cabrita** referindo que a construção de novas habitações em concorrência com o Centro Histórico irá esvaziar, de certo modo, os objectivos da SRU.-----

--- Referiu que não obteve resposta a algumas questões políticas colocadas. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Malaca** que frisou que ainda não viu nenhum documento que ateste a vinda dos Tribunais para Santarém. -----

--- Seguidamente, o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** sublinhou que o senhor Presidente da Câmara está a diligenciar junto do Governo e da ESTAMO a questão do

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

contrato, havendo situações que ainda estão a ser negociadas e que, a bom tempo, irão ser apresentadas.-----

--- Informou ainda ter havido visitas à EPC tendo em vista a instalação dos Tribunais.---

--- Depois, foi dada a palavra à senhora **Catarina Pires**, Chefe de Divisão do Ordenamento do Território, que explicou que a suspensão do PDM permite uma intervenção mais directa. No entanto, esta de acordo com a legislação tem de vir obrigatoriamente acompanhada das medidas preventivas.-----

--- Prestou esclarecimentos em relação aos índices de construção, salientando que só vinte por cento do terreno é utilizado para a construção. Ou seja, está-se a falar de um índice de construção máximo de zero sessenta. Por outro lado, se se fizer implantação de edifícios em vinte por cento, conforme permitem estes índices, com três pisos esgota-se a capacidade de construção. Sublinhou que só se podem implantar edifícios em vinte por cento do terreno, ficando oitenta por cento para vias e espaços verdes. Referiu, ainda, que, normalmente, as vias ocupam cerca de vinte a vinte e cinco por cento, portanto restam cerca de sessenta por cento de espaços verdes assumidos.-----

--- Quanto às receitas referiu existir um regulamento de taxas em vigor que tem de ser cumprido, a não ser que venha a existir um protocolo que possa isentar o pagamento de taxas.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia**, após mais algumas trocas de impressões, submeteu a votação a proposta de **Suspensão do Plano Director Municipal na Área da Escola Prática de Cavalaria**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e quatro votos a favor, um voto contra e quinze abstenções.-----

--- Foram prestadas Declarações de Voto:-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** “Votei a favor dada a urgência deste assunto e porque nunca

nada impedimos que seja feito para o bem da população. Contudo existem matérias sensíveis que merecem um acompanhamento técnico”. -----

--- Pelo senhor **Ricardo Segurado** “O Partido Socialista abstém-se concordando e valorizando a instalação, anunciada por Sua Excelência O Primeiro Ministro, dos Tribunais da Concorrência, da Propriedade Industrial e da Relação, o PS, não tendo obtido respostas cabais e necessárias às perguntas formuladas, e no âmbito da responsabilidade inerente à sua acção, estará atento na defesa dos interesses do concelho e no que poderá vir a ser realizado com o espaço da EPC. -----

--- Desejamos que este nobre espaço do Município não seja alvo fácil da cobiça imobiliária mantendo-se o respeito pelas memórias, tradições e valores inerentes à longa história da EPC”. -----

--- **PONTO DEZASSEIS – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.----**

--- Pelo senhor **Pedro Malaca**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção: -----

--- “Considerando que: -----

-- O "Plano de Estabilidade e Crescimento" apresentado pelo governo português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT, que em dois mil e nove renderam ao Estado cerca de quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros em dividendos; -----

--- O sector dos correios sempre foi público mesmo nos regimes mais conservadores, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros; -----

--- A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a objectivos de lucro rápido e imediato traduzir-se-á inevitavelmente pelo

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos. No concelho de Santarém podemos temer, por exemplo, pelas estações de Alcanede, Pernes e Vale de Santarém. -----

--- O pagamento das reformas à larga maioria da população idosa através dos CTT é um serviço insubstituível que não deve ser posto em causa, e que só um serviço publico pode garantir. -----

--- A Assembleia **Municipal de Santarém, reunida em Sessão Ordinária a Trinta de Abril de dois mil e dez:** -----

--- Um – Manifesta a oposição frontal a esta medida gravosa do PEC que é a ameaça de privatização dos CTT. -----

--- Dois – Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada à Presidência da República, Ministérios da Economia, dos Trabalho e da Solidariedade Social, Governo Civil de Santarém, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, comunicação social nacional e regional.” -----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** que referiu que a bancada da CDU iria votar favoravelmente a presente Moção porque concorda com os fundamentos da mesma.

--- Considerou estranho como se privatizam empresas que dão lucro ao Estado, sublinhando ser uma lógica com a qual a CDU não concorda. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Nuno Serra** que destacou que o PSD iria votar contra esta Moção porque considera que o Estado não deve estar nestas empresas, mas sim regular o seu funcionamento. Por outro lado, não se sabe qual o volume de privatização dos CTT. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção acima transcrita, tendo sido **rejeitada por maioria**, com trinta e dois votos contra, seis votos a favor. -----

--- Pelo senhor **Carlos Nestal**, da bancada do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte Moção: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária no dia trinta de Abril de dois mil e dez, deliberou:-----

--- Um – Congratular-se com a presença de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro e restantes membros do Governo da República Portuguesa, nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril realizadas em Santarém. -----

--- Dois – Mais se congratula com o anúncio feito nessa data por Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro da instalação em Santarém dos tribunais judiciais: -----

--- a) da Propriedade Industrial;-----

--- b) da Concorrência, da Regulação e Supervisão; -----

--- c) da Relação.-----

--- Três – Mais se regozija pelo apoio e empenho demonstrado pelo Governo português quanto à constituição da Fundação Liberdade.” -----

--- Interveio o senhor **Nuno Serra** que referiu que o PSD reconhece que o senhor Primeiro Ministro apoiou o projecto idealizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Santarém. Contudo, afirmou que sua bancada iria abster-se na votação, criticando que na presente Moção não seja feita qualquer referência à capacidade negocial do actual Presidente da Câmara na instalação da Fundação da Liberdade e dos Tribunais em Santarém.-----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Francisco Madeira Lopes** que salientou que a CDU não se pode congratular com um Governo que ao nível das opções políticas não tem sabido honrar as heranças de Abril. -----

--- Referiu quanto à Fundação da Liberdade e aos Tribunais a CDU terá o prazer de se congratular na devida oportunidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Carlos Nestal** que referiu que aquando da apresentação desta Moção teve a oportunidade de recordar a intervenção da senhora Idália Moniz na qual referiu a capacidade do senhor Presidente da Câmara de estabelecer pontes com o Governo.-----

ACTA Nº. 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com onze votos a favor e trinta e uma abstenções. -----

--- Pelo senhor **Rui Presúncia de Jesus**, da bancada do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte Recomendação: -----

--- “Um — Considerando a necessidade de, de uma vez por todas se valorizar a zona envolvente ao troço da muralha existente junto da Avenida António dos Santos, numa área denominada por "Ferro de Engomar; -----

--- Dois — Considerando que a mencionada área é objecto de limpeza periodicamente, cerca de cada três em três anos, criando nos cidadãos a expectativa de que finalmente a Autarquia vai desencadear os procedimentos indispensáveis para a beneficiação e valorização daquela área territorial com identidade histórica própria, da cidade de Santarém; -----

--- Três — Considerando que as muralhas de Santarém, estão classificadas como Monumento Nacional, pelo que deverão cada vez mais ser valorizadas ficando enquadradas na malha urbana do Centro Histórico, de forma atractiva para que os cidadãos se possam orgulhar deste nosso legado histórico. -----

--- Nesta ordem de ideias, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida na sessão do dia trinta de Abril de dois mil e dez, delibera como recomendação à Câmara Municipal de Santarém, o seguinte: -----

--- a) É útil para a cidade e o seu concelho que a Câmara Municipal de Santarém inicie os procedimentos indispensáveis para que no presente mandato autárquico, fique definida e aprovada a intervenção de requalificação na zona de implantação do terreno denominado por "Ferro de Engomar" localizado na Avenida António dos Santos, em Santarém; -----

--- b) Que a Câmara Municipal de Santarém defenda junto do IGESPAR, a possibilidade de se intervencionar o espaço no sentido de ser realçada a presença da muralha, eventualmente com uma zona jardinada e de estar, com iluminação adequada ao efeito,

aproveitando-se ainda tal intervenção para em parte do referido espaço se implantar ou uma zona de estacionamento, ou uma solução para o trânsito rodoviário que ali se processa de forma desorganizada e por vezes caótica no que respeita a estacionamento e escoamento do mesmo.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** que salientou que apesar de não concordar com a totalidade das considerações da Recomendação apresentada, em seu entender, as preocupações do proponente são de louvar. Todavia, o caos do trânsito não é apenas naquela zona é em toda a cidade. -----

--- Quis saber se aquele espaço é privado e se não existe já um projecto aprovado para o local em causa. -----

--- Interveio o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que clarificou que o espaço em causa é privado, salientando não ter conhecimento de qualquer projecto para o referido local. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Oito, Nove, Dez, Doze, Treze, Quinze e Dezasseis**, nos termos do número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovados por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e três horas e cinquenta minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia.-----

ACTA N.º 05/2010
Sessão Ordinária de Abril
(2ª Reunião) 21 de Maio de 2010

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----